



Recebido em:
10/05/2017
Aprovado em:
14/05/2017
Editor Respo.: Veleida
Anahi
Bernard Charlort
Método de Avaliação:
Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi:

EDUCAÇÃO, SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

MARIA DA CONCEIÇÃO VASCONCELOS GONÇALVES
LÍVIA ROBERTA SILVA TELES COSTA
MARIA THAMIRES ANDRADE

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar os resultados parciais oriundos da pesquisa que analisa as dissertações com a temática educação, defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, em 2013 e 2014. É uma continuidade do projeto 2015/16 que trabalhou com as dissertações de uma forma geral, analisando as temáticas, ano, autor, objeto e metodologia. A pesquisa é do tipo documental e possuem um universo de cinco dissertações, analisadas a partir de um roteiro previamente elaborado. Entre os resultados destaca-se a ênfase dada à política de educação no âmbito da formação profissional e à sua vinculação enquanto espaço de atuação do assistente social.

PALAVRAS CHAVES: Produção de conhecimento. Formação. Educação.

ABSTRACT

The present study aims to present the partial results of the research that analyzes the dissertations with the theme of education, defended in the Graduate Program in Social Service of the Federal University of Sergipe in 2013 and 2014. It is a continuity of the 2015 / 16 who worked with dissertations in general, analyzing topics, year, author, object and methodology. The research is of the documentary type and has a universe of five dissertations, analyzed from a previously elaborated script. Among the results, the emphasis is placed on education policy in the field of vocational training and its linkage as a space for the social worker.

KEYWORDS: Knowledge production. Formation. Education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo consiste na apresentação dos resultados parciais da pesquisa intitulada "A produção de conhecimento e Educação: uma análise das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social", vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Através de pesquisa anterior foi constatada a maior incidência de dissertações, em 2013 e 2014, com a temática educação. A partir desse resultado foi apresentado, em 2016, outro projeto objetivando aprofundar a análise das cinco dissertações com a temática educação.

Ao entender a educação enquanto uma política social pretende-se refletir brevemente sobre as suas particularidades

no contexto neoliberal. Além de contextualizar a relação entre o Serviço Social e a política de educação, pois é uma área aonde o assistente social tem desenvolvido sua intervenção profissional e esse espaço profissional vem crescendo e necessitando cada vez mais dessa intervenção especializada. O Serviço Social enquanto profissão que intervém na realidade do sujeito se relaciona com a educação à medida que ambas trabalham com o objetivo de emancipar o sujeito enquanto ser social.

A profissão tem embasamentos teóricos para intervir nessa realidade onde permeiam os conflitos sociais. De acordo com essa direção o conjunto Conselho Federal de Serviço Social – Conselho Regional de Serviço Social (CFESS-CRESS) trabalha nessa perspectiva de fortalecimento e reflexões acerca dessa atuação profissional na política de educação. Será nesse contexto que esse trabalho irá discutir a relação que o Serviço Social tem com a educação.

Com base nesses elementos, a referente pesquisa tem como objetivo analisar as dissertações que discutem a educação e o modo como esse debate perpassa a produção de conhecimento no Serviço Social.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO E CONTEXTO NEOLIBERAL

Partir do pressuposto de que as políticas sociais são oriundas de relações complexas e contraditórias e que possuem particularidades vinculadas à formação sócio-histórica de cada país torna-se essencial para a reflexão proposta nesse trabalho. Dito isso, a política de educação é caracterizada por diversas transformações no contexto brasileiro.

O panorama existente na sociedade brasileira a partir dos anos 1990 é marcado pela instauração da lógica neoliberal, que possui dentre suas características a desregulamentação da economia e a diminuição do papel interventor do Estado. Esses elementos acabam por reduzir os direitos sociais e trabalhistas e promover políticas sociais marcadas pela seletividade e focalização, ou seja, o direcionamento de políticas voltadas para o mais pobre dentre os pobres.

Cabe mencionar que “o neoliberalismo em nível mundial configura-se como uma reação burguesa conservadora e monetarista, de natureza claramente regressiva, dentro da qual se situa a contrarreforma do Estado”, visando a manutenção e o fortalecimento da ordem social vigente (BEHRING, 2008, p.129).

O termo reforma é utilizado com vistas a legitimar os reajustes que vem sendo realizados. Diante disso, Behring (2008) alerta para o seu verdadeiro sentido e classifica esse processo como “contrarreforma”. Pois

Mesmo que o termo *reforma* seja apropriado pelo projeto em curso no país ao se auto-referir, partirei da perspectiva de que se está diante de uma apropriação indébita e fortemente ideológica da ideia reformista, a qual é destituída de seu conteúdo progressista e submetida ao uso pragmático, como se qualquer mudança significasse uma reforma, não importando seu sentido, suas consequências sociais e direção sociopolítica (BEHRING, 2008, p.128, grifos originais).

Nesse sentido, Leite (2011) destaca que essas “reformas” postas pelo governo foram consideradas como forma de racionalização dos recursos públicos, com o simples argumento que o Estado passava por crises econômicas e que estas precisavam ser superadas com a redução de gastos sociais. Tais mudanças têm início nos anos 1990 com o governo Collor passando por uma rápida parada no governo de Itamar Franco. Já no governo FHC elas retornam com grande força, mais especificamente depois de 1995 com a ascensão do neoliberalismo.

Em 1988, é promulgada a Constituição Federal e nela, em seu Cap. III, Art. 205 dispõe que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Apesar dos avanços obtidos com a constituição, a educação torna-se um campo fértil para o ideário neoliberal, que visa à transformação de direitos em mercadoria. Assim, “a principal lógica neoliberal baseou-se em reformas sem aumentar despesas, procurando adequar o sistema educacional as orientações e necessidades prioritárias da

economia” (LEITE, 2011, p. 2).

O cenário neoliberal torna-se desafiador e contrário ao conceito, aqui defendido, de educação como forma de libertação ideológica e que buscada compreensão do meio onde vive para se chegar a determinados pontos de discussão e reflexão, e ainda,

[...] educação é uma das dimensões mais complexas e importantes da vida social. Ela envolve diversos espaços: o próprio sujeito, a família, a política, as organizações de cultura e, dentre elas, a “escola”, no sentido amplo que este termo encerra. Educação é um processo social vivenciado no âmbito da sociedade civil e protagonizado por diversos sujeitos (MARTINS, 2012, p.34).

Nesse sentido, a mercantilização da educação redefine a sua função social, ao passo em que promove o “aligeiramento” e a “tecnificação” da formação, além da sua forte expansão no âmbito do setor privado. Em suma, a política de educação vem passando por reajustes que visam responder aos interesses do capital.

A educação precisa ser um meio revolucionário onde as pessoas deixem de ser dominadas pelo capital, pois,

[...] a perspectiva dos educandos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois o que as classes dominantes impõem é uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. Propõe a educação libertadora que teria como função, transformar o trabalhador em um agente político, que pensa, age, e usa a palavra como arma para mudar a realidade [...] (CANÔAS, 2007, p.164).

Martins (2012) com base em Gramsci ressalta a importância da educação, enquanto uma política pública contraditória, ao contribuir para a elevação cultural das massas, de modo a conhecer e dominar os mecanismos postos pela reprodução global da formação econômico-social que são passíveis de transformação. Em outros termos, “a educação, como instrumento social possibilita a reprodução da ideologia dominante ou o desenvolvimento de uma cultura contra-hegemônica, que instrumentalizará o homem para se opor às diferentes formas de alienação, próprios da sociedade capitalista (MARTINS, 2012, p.35).”

Com base na perspectiva crítica dialética, defende-se que a educação deve ser permanente e continuada, ela é processo não é estática. É necessário sempre conhecer cada vez mais, compreender as adversidades do cotidiano, refletir e posteriormente transformar. A educação caracteriza-se como crucial para o desvendamento da realidade em busca da sua essência. Contribuir para capacidade de análise crítica do movimento do real é uma das tarefas da educação, visando à emancipação do homem.

SERVIÇO SOCIAL E POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A conjuntura econômica, política e social tem proporcionado condições objetivas para o Serviço Social, na sua trajetória histórica, ampliar a sua intervenção na política de educação mediando conflitos oriundos da questão social, pois a prática profissional é permeada de relações concretas.

[...] O Serviço Social é reconhecido como um tipo de especialização do trabalho coletivo, profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho e que intervém no âmbito da produção e reprodução da vida social. [...] e ainda está inscrito no conjunto de práticas sociais que é acionado pelas classes sociais e mediado pelo Estado, em face das seqüelas da questão social, em um dado momento da afirmação do desenvolvimento do capitalismo denominado capitalismo monopolista (MARTINS, 2012, p.36).

O mais antigo registro que reconhece essa inserção no Brasil remete-se ao Decreto nº 1394 de 1946 que implanta no estado do Rio Grande do Sul o “Serviço de Assistência Escolar”, que era composto por profissionais de Serviço Social integrantes de equipes de saúde escolar, com atuação voltada para situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade social.

Somente a partir de 1990, a discussão sobre essa temática passa a ser vista com mais legitimidade. Rossa (2011, p.13) afirma que o “amadurecimento do projeto ético-político profissional foi fundamental para o crescimento do espaço do serviço social na educação e frente a essa nova realidade, é que a aquisição desse profissional obteve uma considerável demanda”.

As mudanças no Serviço Social da década de 1990 trouxeram ganhos significativos, inclusive o aumento da inserção de profissionais em novos e velhos espaços profissionais.

Na década de 90, apresenta-se no cenário brasileiro uma conjuntura favorável para a criação de espaços de atuação do assistente social na Educação, considerando-se as significativas mudanças no campo da legislação introduzidas pela Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, as quais nos remetem a uma nova concepção de educação e do papel do Estado enquanto provedor de uma educação de qualidade e de direito de todos. (SANTOS, 2012, p.75).

A discussão sobre essa inserção foi destaque no encontro nacional do (conjunto CFESS-CRESS, em 2001, onde se constituiu o primeiro grupo de estudos sobre o Serviço Social na educação. Dez anos após o encontro que culminou com essa organização, um relatório passou a ser elaborado com a participação de todos profissionais do Brasil que estavam inseridos na política da educação. O intuito era aprofundar o debate acerca do Serviço Social na política para que houvesse o fortalecimento da categoria e também do projeto ético-político profissional (ROSSA, 2011, p.13). Além de promover o enriquecimento das lutas sociais em busca de uma educação que pudesse emancipar o sujeito. A finalidade do documento baseou-se nos seguintes pontos:

- Mapear as experiências e práticas profissionais existentes e promover a reflexão sobre o Serviço Social na Educação, visando possibilitar a qualificação da inserção profissional nesta política;
- Apresentar produções teóricas sobre a Política Social de Educação e sobre as particularidades da inserção do Serviço Social nesta política que subsidiem a pesquisa e o trabalho profissional na área: apresentações de trabalho no ENPESS, CBAS, publicações na revista “Serviço Social e Sociedade” e outras revistas acadêmicas vinculadas ao debate da profissão, dissertações, teses e livros publicados;
- Apresentar orientação para a proposição de projetos de Lei sobre a inserção do Serviço Social na Educação;
- Contribuir para a intensificação da luta pela Educação como direito social e a consolidação do Serviço Social nesta Política Pública, a partir da participação em Conferências, Conselhos de Educação e Conselhos da Criança e do Adolescente e articulação com os Conselhos profissionais, sindicatos, executivo, legislativo, Ministério Público e outras forças políticas;
- Apontar as reflexões teóricas e políticas que permearam a constituição e história do Grupo de Trabalho do Conjunto CFESS/CRESS sobre o Serviço Social na Educação. (CFESS/CRESS – setembro de 2011).

O documento perpassou diversas problematizações, dentre as quais merecem destaque: a função social da escola, a educação como um direito social, a contribuição da profissão para a garantia do direito à educação e a escola como instância de atuação do/a assistente social.

As reflexões do conjunto CFESS-CRESS sobre o Serviço Social na Educação mostram ser necessário o pensar para além do cotidiano, evitando ações repetitivas e sem conexões e que torne essa relação entre indivíduo e política social uma dinâmica que possa modificar as relações sociais de forma positiva e inovadora.

O Serviço Social vem travando uma luta intensa em todos os meios profissionais, em todas as políticas públicas sociais no qual tem sua inserção firmada. Com o advento e propagação do neoliberalismo a fragmentação dessas políticas passa a ser constante e cada vez mais destruidora. Redução de direitos sociais são fatos constantes e devastadores. A educação como política social deixa de ser um direito posto pela constituição brasileira para ser um instrumento de lucro do capitalismo.

Dentre as várias conseqüências a que mais ganha destaque é o desmonte do sistema público de uma forma total, como mais especificamente o desprezo pela educação pública brasileira, que deixa de oferecer qualidade para oferecer somente lucro aos grandes empresários do mercado. O Serviço Social enquanto profissão que luta pela emancipação humana passa a vivenciar as mazelas provocadas pelo advento da globalização e expansão do mercado no sistema da educação. Não muito diferente do que se pode vivenciar nas demais políticas (saúde, assistência, previdência), o desmonte é total. O Estado enquanto provedor de serviços públicos deixa de investir nesse sistema para atender as necessidades do sistema privado e de organismos internacionais.

O Estado de forma contraditória passa a oferecer projetos e programas com a intenção de atingir a população mais necessitada, mas uma análise mais profunda permite apreender que prioritariamente ele beneficia o setor privado. Isto é, oferece as condições para ser transformado em fonte de lucro e ascensão do meio empresarial. O Estado deixa de investir nas políticas públicas para injetar recursos e oportunidades para o setor privado.

Os profissionais de Serviço Social que estão inseridos nesse meio, onde o desmonte e exclusão são evidentes, precisam sempre estar atentos às mudanças constantes do cotidiano procurando instrumentalizar as suas ações de forma que atendam as necessidades humanas sociais. A luta pela conquista da qualidade nos serviços mostra o quanto o Serviço Social tem múltiplas direções no seu fazer profissional. E, evidencia que as respostas dadas às demandas diversas devem ser compreendidas à luz das competências dispostas no Código de Ética Profissional (1993). O profissional de Serviço Social planeja, propõe, executa e elabora projetos de caráter social de acordo com a demanda posta, com o direcionamento ao respeito à adversidade e do fortalecimento da democracia (ROSSA, 2011, p.15).

O assistente social inserido na educação trabalha com a diversidade humana seja de caráter social, econômico e cultural. Esse respeito que é citado no Código de Ética necessita de uma atenção especial na atuação dessa política, como também o fortalecimento da igualdade e equidade.

Ressaltam-se, ainda, os impactos da contrarreforma na formação dos assistentes sociais, haja vista, a massiva expansão de vagas e de cursos, principalmente na esfera privada; com destaque para modalidade de ensino a distância. Além da precarização do trabalho ao qual o docente é diariamente submetido.

Dessa forma, percebe-se que o Serviço Social sofre duplamente os rebatimentos da “contrarreforma” na educação, tanto no âmbito da formação profissional que é atingida pelas novas configurações do ensino superior, como na política de educação enquanto um campo de atuação desse profissional.

SERVIÇO SOCIAL E PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: EDUCAÇÃO EM FOCO

Sabe-se que a maturidade intelectual do Serviço Social ganhou visibilidade a partir dos cursos de pós-graduação na área. Os primeiros cursos de pós-graduação, em Serviço Social, surgiram em São Paulo e Rio de Janeiro, em 1972. O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (PROSS/UFS) foi autorizado pela CAPES, em março de 2011, e começou a funcionar em agosto do corrente ano. O curso tem como área de concentração “Serviço Social e Política Social” e duas linhas de pesquisa, uma “Trabalho, Formação profissional e Serviço Social” e outra “Política Social, Movimentos Sociais e Serviço Social”.

As primeiras dissertações foram apresentadas a partir de setembro de 2013, totalizando até janeiro/2017, 42

(quarenta e duas) dissertações defendidas, sendo 8 (oito) em 2013; 14 (quatorze), em 2014; 9 (nove) em 2015 e 11 (onze) em 2016. Diante do projeto desenvolvido anteriormente, em que foram mapeadas as dissertações apresentadas em 2013 e 2014 identificou-se dentre as temáticas a recorrência da educação. Dito isso, o projeto, aqui apresentado, intitulado “A produção de conhecimento e Educação: uma análise das dissertações do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social” tem como objetivo analisar as dissertações que abordam essa temática.

O universo da pesquisa constitui-se por cinco dissertações defendidas entre 2013/2014 e que possuem a educação como temática. Na primeira etapa da pesquisa foram identificados, com base em roteiro previamente elaborado; os objetos, as palavras-chave e o sumário de cada dissertação.

A análise das temáticas permite classificar as dissertações em dois grupos, o primeiro corresponde a estudos sobre atuação do assistente social na educação, enquanto espaço socioocupacional, três dissertações, e o segundo que engloba a discussão sobre o contexto atual da política de educação em articulação com a formação profissional em serviço social, duas dissertações.

Além disso, as palavras-chave também fortalecem essa divisão ao destacar os termos “demanda”; “exercício profissional”; “mercado de trabalho” e “demandas socioprofissionais” inseridas no primeiro grupo, enquanto o segundo engloba “formação profissional”; “EaD”; “expansão” e “graduação”.

Nesse sentido, o primeiro grupo possui objetos vinculados a “atuação do assistente social na área de educação em Aracaju”; “o desenvolvimento do Programa Mulheres Mil (PROMIL) no Instituto Federal de Sergipe (IFS), Campus Aracaju, e suas interfaces com as políticas de educação e trabalho”, o “exercício profissional do assistente social no Instituto Federal da Bahia (IFBA) diante das respostas dadas as demandas nas políticas sociais”.

Cabe destacar, que esse grupo é constituído em sua totalidade por assistentes sociais vinculados a institutos federais (Sergipe e Bahia). Esse dado demonstra a natureza do interesse dessas pesquisadoras pela temática, haja vista, o campo de atuação ser um rico espaço para investigações. Em outras palavras

A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social. Este conteúdo da formação profissional está vinculado à realidade social e às mediações que perpassam o exercício profissional. Tais mediações exigem não só a postura investigativa, mas o estreito vínculo com os modos de pensar/agir dos profissionais (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 67).

No que tange ao segundo grupo, percebe-se que seus objetos trazem a preocupação com os reflexos da atual conjuntura educacional para os cursos de serviço social. Pois, os rebatimentos do contexto neoliberal na educação superior recaem fortemente na formação profissional do assistente social, já que possuem direções opostas. As dissertações trazem enfoque “na expansão dos cursos de graduação em Serviço Social no nordeste brasileiro em tempos de capitalismo neoliberal” e “na formação profissional e mercado de trabalho dos assistentes sociais egressos da educação à distância (EaD)”. Destarte, a mercantilização e o aligeiramento do ensino, características do neoliberalismo, constituem-se como grande desafio frente ao projeto defendido pela profissão.

Os sumários das dissertações foram analisados com o objetivo de identificar a estrutura dos trabalhos. Constatou-se que todos possuíam a composição de três capítulos. Além disso, evidenciou-se o percurso de cada pesquisa.

Nesse quesito, foi observado que a discussão da educação enquanto política social e a sua particularidade no contexto brasileiro é presente em todos os trabalhos do primeiro grupo. Dentro desse grupo, foi identificado que dois trabalhos trazem a discussão sobre a atuação do assistente social na política de educação nos eixos do sumário; um com maior enfoque sobre a intersetorialidade, enquanto o outro a partir das demandas e respostas socioprofissionais. O terceiro trabalho, desse grupo, direciona sua análise para um programa desenvolvido na instituição de atuação.

Ao analisar os sumários dos trabalhos que compõe o segundo grupo percebe-se que ambos discutem sobre as transformações que marcaram o ensino superior a partir da década de 1990 e o Serviço Social nesse contexto. Dentre

as particularidades tem-se que uma dissertação percorre o caminho da política educacional brasileira para posteriormente trazer a discussão sobre a expansão dos cursos; enquanto o outro trabalho parte da trajetória histórica da profissão, com destaque para formação profissional, para em seguida articular mais diretamente com a educação superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática da educação foi discutida em relação com o Serviço Social assim como foi proposto mostrando os caminhos precários que permeia essa política social dentro do contexto de desmonte das políticas públicas que é caracterizado no projeto neoliberal. Com isso foi identificado ações do conjunto CFESS-CRESS que vem discutindo essa inserção profissional mediante as diversas formas de desigualdades que configura a questão social.

A análise dos dados parciais referente à pesquisa foi feita de acordo com o proposto vislumbrando a discussão das temáticas como também objetos, sumários e palavras-chave. Constata-se a relevância da temática e dos recortes de pesquisa das cinco dissertações para o debate da política de educação e sua produção de conhecimento.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). In: **Cadernos ABESS**. Nº 07, São Paulo, Cortez, 1997.

BEHRING, E. R. **Brasil e contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal/1988**. Cap. III. Educação. Disponível em Acesso em 02 de Janeiro de 2017.

_____. LDB, **Lei de Diretrizes Curriculares da Educação**. 1996. 5º Ed. 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em 03 de janeiro de 2017.

CANÔAS, J. W. Serviço Social e educação. **Serviço Social & Realidade** (Franca), v. 16, n. 1, p. 163-168, 2007. Disponível em <http://periodicos.franca.unesp.br/index.php/SSR/article/view/94>> Acesso em 04 de Janeiro de 2017.

CFESS/CRESS. Grupo de Trabalho Educação. Brasília, Junho 2011. Disponível em [http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao\(2001\).pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/SS_na_Educacao(2001).pdf)> Acesso em 03 de Janeiro de 2017.

CFESS-CRESS. Política de Educação Permanente. Brasília 2012. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_POL-EDUCACAO-PERMANENTE.pdf> Acesso em 03 de Janeiro de 2017.

LEITE, G. **Breves considerações sobre as políticas educacionais brasileiras**. 2011. Disponível em

MARTINS, E. B. C. O Serviço Social no âmbito da política educacional dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. **Serviço Social na educação: teoria e prática** (Org.: SILVA, M.M.J).Papel Social. Campinas/ São Paulo. 2012.

ROSSA, A. **Serviço Social na Educação**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, 2011. Disponível em http://cac-php.unioeste.br/cursos/toledo/servico_social/arquivos/2011/ALINE_ROSSA.pdf Acesso em 04 de janeiro de 2017.

SANTOS, A. M. As práticas socioeducativas do Assistente Social inserido na política de educação. **Serviço Social na educação: teoria e prática**.(Org.: SILVA, M.M.J).Papel Social. Campinas/ São Paulo. 2012.

NÃO HÁ NOTAS DE RODAPÉ